



Cidades não sabem não crescer

Pablo Pimentel Pessoa

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (FAU-UnB)

pablopessoa@gmail.com

Rômulo José da Costa Ribeiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (FAU-UnB)

rjcribeiro@gmail.com



CIDADES NÃO SABEM NÃO CRESCER

P. P. Pessoa e R. J. C. Ribeiro

RESUMO

A tendência à expansão da maioria dos sistemas urbanos persiste como questão central ao campo do planeamento nas diferentes escolas do pensamento urbanístico, mesmo que resultem raros os casos em que as soluções adotadas lograram sucesso em contê-lo. Paralelamente, perdura também uma imagem de progresso, frequentemente associada à dinâmica da vida nos centros urbanos e ao ritmo de mudanças observado nesses espaços, que confere um caráter contraditório ao valor da vitalidade urbana, uma vez que apenas parte dos cenários perseguidos ou alcançados pode a rigor ser tida como desejável. Este artigo retoma o tema do crescimento urbano em sentido amplo, revisitando-o a partir das vertentes críticas sobre sustentabilidade e pós-desenvolvimento. Nossas cidades, caso desejassem, disporiam de meios para prosperar sem crescimento? Revisamos diferentes casos e os tratamentos conferidos ao tema na literatura. Os resultados reforçam a compreensão do crescimento contínuo como subproduto do bloqueio à participação social nos processos decisórios.

1 INTRODUÇÃO

Cidades podem ser lidas de incontáveis maneiras (Donald, 1992, p.417). Entre a diversidade de observadores e olhares possíveis e a riqueza de linguagens e expressões sensíveis à complexidade do fenômeno urbano, destacamos dois tratamentos: as cidades como problema e as cidades como solução. À primeira vista, podem ser tidas como abordagens concorrentes no sentido auto-excludente da competição, mas ao olhar mais cuidadoso percebe-se que as duas vertentes concorrem para chegar a um mesmo lugar: ambas identificam algo indesejável aos contextos urbanos e consideram a possibilidade de resolução das questões levantadas para que se alcance um estado mais desejável.

Admitindo a natureza fenomênica do urbano (Lefebvre, 1999), que em larga medida manifesta-se à revelia de intenção humana, ao optarmos por uma análise de abordagem sistêmica, assumimos também a possibilidade de intervenção e de modificação desses sistemas ditos urbanos a partir de sua compreensão. Portanto, ainda que os percebamos como complexos, criativos, imprevisíveis e incontrolláveis (Vasconcellos, 2003, p.102), a discussão reservada a este artigo resultou pautada pelos limites das proposições e das ações

que apontam para sentidos de progresso urbano, ou seja, de melhoria das condições de vida nas cidades a partir da construção de uma agenda deliberada de competição entre as municipalidades e da fixação de metas de crescimento (Leitner, 1990).

Partindo, então, do entendimento de que progresso, enquanto avanço social desejável, não foi em um passado remoto nem é no presente um traço de ocorrência universal a todas as sociedades e culturas humanas (Bury, 1987), o mesmo pode ser dito para a noção pretensamente hegemônica de progresso urbano. Em todo caso, a ocidentalização por qual tem passado os aglomerados em todo o globo (Mudimbe, 2013) terminou por incutir às diversas culturas sentidos convergentes de prosperidade coletiva e individual que se confundem historicamente com os signos de bem-estar material, com a afluência dos padrões de vida e com o crescimento e o desenvolvimento econômicos (Friedman, 2009).

Desse modo, as origens do padrão de crescimento contínuo, tipicamente observado em sistemas urbanos, remontam a dois momentos de inflexão. O primeiro momento histórico relatada na literatura científica consiste na aliança firmada entre os líderes seculares e sagrados (força e fé), há cerca de 10 mil anos, cujas práticas de domínio conjunto ampliaram sobremaneira as bases econômicas às custas do trabalho compulsório de toda a comunidade. Estas práticas fixaram um novo modelo de civilização, substancialmente contrário ao padrão das aldeias pertencentes ao período Neolítico, à medida que tiveram êxito na produção artificial de escassez em meio à abundância natural crescente resultante de uma economia de exploração emergente (Mumford, 1961, p.41).

O segundo marco é descrito pelos historiadores econômicos como decorrência, ao longo do século 18, da aplicação continuada do programa baconiano de ampliação do conhecimento útil lançado no século anterior. A ampliação desse conhecimento instrumental teria viabilizado a solução de problemas tecnológicos e garantido um novo patamar de acumulação de capital. Isto teria provocado, por seu turno, desenvolvimentos institucionais responsáveis pela ampliação contínua do acesso ao corpo de conhecimentos e à produção ampliada do saber técnico-científico, que terminaria por alavancar mais crescimento econômico (Mokyr, 2016).

Assim como as economias e os contingentes populacionais referidos ao longo deste recorte temporal, as cidades em sua maioria não cessaram de crescer (UN DESA, 2015). As projeções de incremento de solo urbano global para o ano de 2030 variam de 430.000 km² a 12.568.000 km², ainda que a urbanização do solo não seja em si o problema (Seto *et al.*, 2011; Veiga, 2002). Buscando enriquecer os caminhos explicativos convencionais, que se apoiam nos indicadores demográficos e nas taxas de adensamento ou de espraiamento dos aglomerados urbanos, exploraremos a parcela de contribuição ao fenômeno que resulta tributária do desconhecimento ou do desinteresse do mundo ocidental quanto a caminhos de prosperidade que não aqueles vinculados aos processos de crescimento econômico.

Neste artigo, procuramos incorporar o aprendizado que a perspectiva malthusiana nos relegou ao antecipar cenários de colapso civilizatórios sustentados na projeção de dados e tendências observadas no presente sem a consideração do potencial criativo que marca a história de prosperidade coletiva das culturas humanas. Por esse motivo, procuramos elaborar nossa pergunta central de uma perspectiva mais democrática que os tratamentos alarmistas do passado e, ao construir este problema, evitamos sustentá-lo sobre mitos e armadilhas já registradas no debate científico sobre o urbano (Scott e Storper, 2015). Pois

ocorre que, em ciclos viciosos, observa-se uma tendência à polarização de discursos e atores entre posturas progressistas e conservadoras, otimistas e pessimistas, incautas e previdentes. Dito isto, lançamos a seguinte pergunta base: os cidadãos e suas municipalidades, caso desejassem reorientar os sistemas urbanos em que habitam a um sentido de prosperidade sem crescimento, disporiam eles de meios para tanto? Nossa hipótese é de que este conhecimento útil não está disponível de forma sistemática na literatura sobre planejamento urbano e regional nem tampouco acessível aos gestores e tomadores de decisão urbanos.

2 CRESCIMENTO ECONÔMICO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como pressupostos de pesquisa, tomaremos de empréstimo as construções críticas até então empreendidas pelo campo da Sustentabilidade e pelo campo da Economia Ecológica sobre o caráter dogmático que crescimento econômico representa como caminho único de prosperidade para o pensamento econômico ortodoxo. Esta operação analítica tem por finalidade transpor o nível de aplicação usual dos conceitos, adaptando-os e ajustando-os às temporalidades e espacialidades típicas das cidades e das metrópoles.

São, portanto, premissas fundantes da análise empreendida neste trabalho: (1) a sustentabilidade constitui não um conceito em vias de amadurecimento, mas um campo sociológico de indissolúvel disputa, com atores e interesses diversos, muitas vezes, antagônicos (Nascimento, 2012). Pareamo-nos aqui com a vertente crítica que percebe a contradição intrínseca presente no esforço de adjetivação do desenvolvimento como sustentável (Daly, 2004). Consideramos, por fim, esta leitura válida também para a formulação conceitual das abordagens de desenvolvimento urbano sustentável, que anunciam a gestação de cidades sustentáveis a partir da ideia de prosperidade urbana construída inequivocamente sob expectativas de incremento da produtividade econômica; e (2) o sistema econômico constitui um subsistema do sistema Terra (Daly, 1990). Desta proposição deriva a compreensão de que os processamentos econômicos totais têm nas fronteiras planetárias de sustentação da vida humana (Scheffer et al., 2015; Rockström et al., 2009) a medida dos limites materiais disponíveis à expansão econômica e, conseqüentemente, o limiar para a consideração de uma gestão de uso previdente.

3 PROSPERIDADE SEM CRESCIMENTO, DECRESCIMENTO E BEM VIVER

Na última década, a América Latina projetou-se em meio à perspectiva de esgotamento do Estado de Bem-estar Social europeu ao apresentar ao mundo a formulação moderna de uma promissora alternativa ao desenvolvimento, porém, vinda dos povos andinos e amazônicos. *Sumak kawsay*, na língua kichwa, *suma qamaña*, em aymara, ou *nhandereko*, em guarani, são termos que fazem referência, em cada cultura, à vida em sua melhor expressão: bela, bonita, excelente, preciosa. Os movimentos populares desenvolveram a partir da cosmovisão dos mundos indígena equatoriano e boliviano a base dos conceitos de Buen Vivir (no Equador) e Vivir Bien (na Bolívia), que poderiam ser traduzidos para o português como "Bom viver" (Breda, 2016). Bem viver, no entanto, tem sido a expressão mais difundida no Brasil e a ela iremos também aderir.

O debate sobre Bem viver suscitou questionamentos profundos nesses países, que terminaram por desaguar em propostas de transformação de ordem civilizatória. No

Equador, em 2008, e na Bolívia, no ano seguinte, tais propostas foram incorporadas em seus processos de reforma constitucionais. A promulgação desses marcos tem sido relatada como uma revolução paradigmática no âmbito do Direito. Ao positivarem a constitucionalização dos direitos da Natureza e da cultura do Bem viver, essas sociedades sustentaram o que tem sido referido como *giro ecocêntrico* no constitucionalismo latino-americano (Moraes e Freitas, 2013). É importante dizer que a confecção de artigos constitucionais não se traduz em garantia de mudança nas sociedades (Acosta, 2016). Porém, deve-se reconhecer a força simbólica e o potencial histórico de transformação desses textos e das circunstâncias em que puderam vir à promulgação.

Na Europa, de forma mais expressiva, mas também em outros países e cidades do Norte (Nevens, 2013; Kenworthy, 2016), existem muitos acenos a uma cultura pós-capitalista ou a experiências práticas de transição das formas de vida atuais em direção à sustentabilidade. Na França, tem ganhado força a propaganda a favor do decrescimento sereno (Latouche, 2009) e, da Inglaterra, surgem as primeiras contribuições sistemáticas sobre as possibilidades de uma prosperidade sem crescimento (Jackson, 2009). Os choques sobre a política de bem-estar social decorrentes da instabilidade provocada pela crise financeira global não abriram espaço apenas para as políticas de austeridade, mas também iluminaram as teses mais antigas sobre a falência do crescimento enquanto fim e meio (Woodward et al., 2006; Piketty, 2014).

Nenhuma dessas correntes pós-desenvolvimentistas, no entanto, comporta a radicalidade dos elementos constitutivos do Bem viver. Em um passado não tão remoto, o Brasil ficou marcado no cenário internacional por defender, na Conferência de Estocolmo (1972), o direito dos países subdesenvolvidos de também consumirem e degradarem sua base material de recursos ecossistêmicos:

Um diplomata brasileiro de ideias progressistas, mas que interpretara errado o meio ambiente como algo que seria simplesmente uma pedra jogada no caminho da industrialização dos países do Sul, nos disse, num momento de discussão livre, "que todas as indústrias poluentes vão para o Brasil, temos espaço suficiente para isso, e no dia em que formos tão ricos como o Japão nos preocuparemos com o meio ambiente". (Sachs, 2009, p.231)

No plano das estimativas dos danos à Natureza no Antropoceno, houve também uma mudança digna de destaque. De limites do crescimento, no primeiro relatório para o Clube de Roma (já mencionado), passamos, desde 2009, a nos referir a fronteiras planetárias (Rockström et al., 2009; Schefer et al, 2015). A diferença de tratamento decorre da ideia de que os limites funcionariam como tetos intransponíveis, enquanto as fronteiras representariam melhor o que de fato tem se processado. Algumas dessas raias já foram ultrapassadas e resta a nós lidarmos com as consequências da degradação sistêmica.

É, portanto, ainda que oportuno, também espantoso que o Bem viver aflore da periferia de um mundo injusto e solapado em suas capacidades de suporte à vida. À margem da periferia civilizatória, os povos indígenas sugerem a ampliação temporal e semântica da noção de qualidade de vida pela superação da estreiteza fugaz do bem-estar. Os gritos dos excluídos, em todos os espaços de acúmulo diferencial da riqueza, convidam-nos a ponderar sobre os sentidos finalísticos das nossas ações, projetos e planos.

4 CRESCIMENTO URBANO NO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

No campo interdisciplinar do Planejamento Urbano e Regional, muitas escolas procuraram abordar quantitativa e qualitativamente o crescimento contínuo típico do fenômeno urbano global a fim de intervir sobre esta tendência (Capello, 2011). Considerando que o processo de expansão urbana resulta de uma confluência de janelas de crescimento populacional e/ou de expansão da atividade econômica, há hoje um certo consenso sobre um ajuste de foco das problematizações mais sobre os efeitos e a qualidade da expansão observada em cada contexto e menos sobre as taxas de expansão (Brueckner, 2000; Habitat, 2015).

Nesse sentido, discutiremos nesta seção três casos descritos na literatura de cidades e metrópoles que experienciaram períodos de decrescimento ou não-crescimento. Procuraremos sistematizar os **condicionantes** produtores dos padrões observados, os **impactos** gerais sobre os sistemas urbanos e as **interpretações** possíveis em termos de prosperidade para cada caso. Os critérios de seleção dos casos apresentados envolveram a identificação de tratamento crítico do crescimento econômico como condutor de prosperidade urbana, enfocando os seguintes aspectos: capacidade de suporte (fronteiras de exaustão de recursos naturais), restrições culturais (resistência comunitária) e limitações físico-espaciais (obstáculos disruptivos).

4.1 Bolinas, Califórnia, EUA

Bolinas é uma cidade pertencente ao condado de Marin, nas proximidades de São Francisco, na Califórnia (EUA). A principal fonte de abastecimento hídrico da cidade provém do riacho Arroyo Honda, cuja vazão diminui sensivelmente no verão, sob elevação da demanda e tem se mantido seco por anos. Bolinas conta também com pequenos tanques de retenção e com uma moderna estação de tratamento de água. Porém, em tempos de pronunciada escassez, a cidade lança mão de um acordo para obtenção de suprimentos emergenciais do Pine Gulch Creek, curso d'água vizinho, ainda que não possua direitos permanentes sobre esse manancial. O poder local é representado por um conselho comunitário de utilidade pública (Herman, 1992).

Durante o final da década de 1960, os esforços para manutenção da segurança hídrica mostraram-se insuficientes e a cidade não dispunha de um sistema adequado para tratamento do esgoto. Assim, o conselho aprovou um plano orçado em US\$8,1 mi para a instalação de um sistema de esgoto que atenderia Bolinas e a região da praia de Stinson. Esta medida atenderia à demanda existente e ampliaria a capacidade de atendimento para mais 20 mil usuários. No entanto, antes que tivessem início as obras, um derramamento de óleo na Golden Gate, em 1971, reverberou na mobilização da comunidade que passou a organizar-se em defesa do meio ambiente local. Na sequência, os ativistas provocaram um processo de reeleição do conselho, que terminou por expulsar dois membros cativos favoráveis à obra e substituí-los por dois contrários. A frente contrária à instalação do novo sistema ampliou sua base de apoio, estabelecendo uma moratória que limitava novas ligações de usuários ao sistema de abastecimento de água e mantendo uma política de controle dos recursos hídricos que tem perdurado por quatro décadas (Callagy, 2008).

4.2 Collserola, Barcelona, Espanha

Nos arredores de Barcelona, consta na literatura o relato de experiência de ocupação de edifícios abandonados nos morros do Parque Collserola, na região metropolitana. Nessa região, fundaram-se os centros sociais de Kan Pasqual (desde 1996) e de Can Masdeu (desde 2001) como resposta à dramática elevação dos custos de vida resultantes da especulação imobiliária praticada em Barcelona nas últimas décadas. Trata-se portanto de iniciativas de produção de moradias coletivas inseridas em um espectro de transição urbano-rural (rurbano), cuja proposta abrange entre outros elementos a proposição e a implementação de projetos sócio-políticos alternativos ao crescimento capitalista e à desacreditada democracia representativa. Os ocupantes (*squatters*) buscam combinar conhecimentos de recuperação ambiental das áreas degradadas do parque, com a incorporação do aprendizado das práticas de produtores locais, articuladas a tecnologias modernas de geração de energia solar e eólica, além da aplicação de técnicas da permacultura. Os grupos orientam-se por processos de aprendizado de auto-organização e autogestão, buscando desenvolver padrões de relacionamento diferenciados em termos de poder físico e político. O direcionamento ao decrescimento e a busca por um redesenho mais circular dos sistemas sociais são descritos como resultados secundários de uma transição mais ampla em termos de organização social e política, baseada na autonomia, na desvinculação da ocupação em relação ao trabalho assalariado e na formulação de um sistema coletivo de tomada de decisão (Cattaneo e Gavaldà, 2010).

4.3 Afuá, Pará, Brasil

Localizada no Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará (Brasil), o município de Afuá desenvolveu-se às margens dos rios Cajuuna, Afuá e Marajozinho, e integra-se ao território brasileiro sob restrições de acesso, que se dá unicamente por meio de embarcações ou de aviões bimotores que transitam um pequeno aeroporto municipal. A cidade é inteiramente construída sobre palafitas, sistemas construtivos adaptados a ambientes alagadiços, que abriga na área urbana cerca de 9,5 mil habitantes e não possui veículos motorizados. Devido às limitações estruturais desta cidade sobre águas, a circulação sobre as vias de carros e de quaisquer veículos motorizados ou movidos por tração animal é proibida por lei municipal. Esta condição estimulou uma cultura de aproveitamento do espaço público em Afuá e um caráter de proeminente urbanidade, uma vez a liberação dos motores, deu lugar a um tráfego intenso de pedestres, bicicletas, bicitáxis e velocípedes adaptados ao transporte de cargas, sem diferenciação de vias e calçadas. Apesar dos aspectos destacados, vale destacar que as limitações mencionadas não impediram a cidade de experienciar ciclos de expansão urbana. Na última década, a mancha urbana quase dobrou, passando de 74,05 ha para 141,5 ha, ampliando cerca de oito vezes a área registrada em 1890, da ordem de 17,7 ha (Rocha, 2017).

5 CIDADES NÃO SABEM NÃO CRESCER

As construções argumentativas e análises de casos conduzidas até aqui dão conta de uma investigação preliminar, mas possivelmente inesgotável, sobre a recorrência das muitas

expressões do fenômeno do crescimento contínuo na cultura humana, sobretudo no que concerne à explosão do urbano em todo o globo.

Ainda que o esforço de compilação de casos reunidos com foco sobre experiências de decrescimento ou de não-crescimento nos aglomerados urbanos nos impeça de tecer maiores generalizações, é possível articular alguns apontamentos que o conjunto formado pelas experiências sugere. Em primeiro lugar, parece revelador que um levantamento bibliográfico amplo abrangendo termos-chave como decrescimento urbano, prosperidade urbana sem crescimento, bem viver urbano, pós-desenvolvimento urbano, encolhimento urbano (*urban shrinkage*) e *slow cities* (cittaslow) tenha retornado tão poucos casos e, dos casos encontrados, que se tratem de relatos em escalas tão reduzidas como as aqui apresentadas. Vale destacar que nesse esforço, dado o escopo do artigo, como foco sobre a prosperidade, foram eliminados do levantamento casos de declínio urbano ou estagnação em função da conotação negativa e de decadência que a ausência de crescimento ainda opera sobre os estudos e relatos de caso.

Dito isto, a análise conjunta das cidades sugere a priori uma disposição voluntarista para que o sentido de prosperidade coletivo seja orientado em um rumo distinto dos percursos hegemônicos. Mesmo no caso de Afuá, em que as restrições locacionais e ambientais parecem preparar uma vocação ao afloramento da comunidade em um sentido mais contido em relação à formação de um mercado consumidor de bens duráveis (como os automóveis) e de uma demanda por mobilidade motorizada, prática, imediata, mesmo assim parece necessário consolidar a caminho acertado a partir da formulação de uma norma que capaz de informar o sentido coletivamente definido de prosperidade.

Nos demais casos, percebe-se ainda mais dramaticamente o papel determinante da política e da participação social no reajuste de rumos: o esforço por atualizar a representação no conselho comunitário em Bolinas; e a convergência de pautas progressistas abraçadas pelos moradores dos centros sociais e que tem como maior bandeira a ocupação de edifícios sem uso em um momento de escassez produzida de moradia nas áreas centrais de Barcelona. Dessa forma, a contribuição deste estudo está na sugestão de uma nova hipótese de pesquisa, por contraste aos casos analisados, de que além dos incrementos populacionais e de produtividade econômica nos centros urbanos mais dinâmicos, o crescimento em sentido amplo reproduz-se como máxima de prosperidade devido ao hermetismo participativo típico dos sistemas decisórios sobre os rumos coletivos das demais cidades.

6 REFERÊNCIAS

Acosta, A. (2016) *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*, Autonomia Literária, Elefante, São Paulo.

Breda, T. (2016) Do tradutor. *In* Acosta, A. *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*, Autonomia Literária, Elefante, São Paulo.

Brueckner, J. K. (2000) Urban Sprawl: Diagnosis and Remedies. *International Regional Science Review*, 23(2), 160-171.

Bury, J. B. (1955) *The Idea of Progress: An Inquiry Into Its Origin and Growth*, Library of Alexandria, New York.

Callagy, S. (2008) *The Water Moratorium: Takings, Markets, and Public Choice Implications of Water Districts*, *Ecology LQ*, 35, 223.

Capello, R. (2011) *Urban Growth: Is It a Never Ending Story?*, *Symphonya*, (1), 19.

Cattaneo, C., e Gavaldà, M. (2010) *The experience of rurban squats in Collserola, Barcelona: what kind of degrowth?*, *Journal of Cleaner Production*, 18(6), 581-589.

Daly, H. E. (2004) *Crescimento Sustentável? Não, Obrigado*, *Ambiente & Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 197-202.

Daly, H. E. (1990) *Toward Some Operational Principles of Sustainable Development*, *Ecological Economics*, v. 2, n. 1, p. 1-6.

Donald, J. (1992) *Metropolis: The City as Text. Social and Cultural Forms of Modernity*, p. 417-470.

Friedman, B. M. (2009). *As Consequências Morais do Crescimento Econômico*. Record, Rio de Janeiro.

Habitat, U. N. (2015) *Planned City Extensions: Analysis of Historical Examples*, Nairobi, Kenya.

Herman, D. J. (1992) *Sometimes There's Nothing Left to Give: The Justification for Denying Water Service to New Consumers to Control Growth*, *Stanford Law Review*, 429-470.

Kenworthy, J. R. (2016) *Ten Key Dimensions for Eco-city Development in Theory and Practice*, *In Envisioning Future Cities: Ideas and examples*, ISOCARP Review 12.

Latouche, S. (2009) *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, WMF Martins Fontes, São Paulo.

Lefebvre, H. (1999) *A Revolução Urbana*, Editora UFMG, Belo Horizonte.

Leitner, H. (1990) *Cities in Pursuit of Economic Growth: The Local State as Entrepreneur*, *Political Geography Quarterly*, 9(2), 146-170.

Vasconcellos, M. J. E. (2003) *Pensamento Sistêmico: O Novo Paradigma da Ciência*, Papirus Editora, Campinas.

Veiga, J. E. (2002) *Cidades Imaginárias: O Brasil é Menos Urbano do que se Calcula*, Autores Associados, Campinas.

Mokyr, J. (2016) *A Culture of Growth: The Origins of The Modern Economy*. Princeton University Press, Princeton.

Moraes, G. D. O., e Freitas, R. C. (2013) O Novo Constitucionalismo Latino-americano e o Giro Ecocêntrico da Constituição do Equador de 2008: Os Direitos de Pachamama e o Bem Viver (sumak kawsay), Constitucionalismo Latino-americano: Tendências Contemporâneas. Curitiba: Juruá.

Mudimbe, V. (2013) A Invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento, Edições Pedalço, Lisboa.

Mumford, L. (1982). A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas, Martins Fontes, São Paulo.

Nascimento, E. P. (2012) Sustentabilidade: O Campo de Disputa de Nosso Futuro Civilizacional, *in* Enfrentando os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade, p. 415-433, Garamond, Rio de Janeiro.

Nevens, F. et al. (2013) Urban Transition Labs: Co-creating Transformative Action for Sustainable Cities. *Journal of Cleaner Production*, v. 50, p. 111-122.

Piketty, T. (2014) O Capital no Século XXI, Intrínseca, Rio de Janeiro.

Rocha, M. C. D. S. (2017) Quando a Cidade Convida: Lições de Urbanidade e Configuração em Assentamentos Limitados, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília.

Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin III, F. S., Lambin, E., ... e Nykvist, B. (2009) Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity, *Ecology and society*, 14(2).

Sachs, I. (2009) A Terceira Margem: Em Busca do Ecodesenvolvimento, Companhia das Letras, São Paulo.

Scott, A. J., e Storper, M. (2015) The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory, *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 1-15.

Seto, K. C., Fragkias, M., Güneralp, B., e Reilly, M. K. (2011) A Meta-analysis of Global Urban Land Expansion, *PloS one*, 6(8), e23777.

Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., ... e Folke, C. (2015) Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet, *Science*, 347(6223), 1259855.

UN DESA. (2015) World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, United Nations Department of Economics and Social Affairs, Population Division, New York, NY, USA.

Woodward, D., Simms, A., Murphy, M. (2006) Growth isn't Working: The Unbalanced Distribution of Benefits and Costs from Economic Growth, New Economics Foundation.